



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

DANYELLE DE LIMA TEIXEIRA

**CURSOS DE TECNOLOGIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: O CURSO  
TECNOLOGIA EM HOTELARIA DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
(UAB)**

FORTALEZA  
2012

DANYELLE DE LIMA TEIXEIRA

CURSOS DE TECNOLOGIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: O CURSO  
TECNOLOGIA EM HOTELARIA DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
(UAB)

Monografia apresentada à coordenação do curso de Especialização em Docência do Ensino Superior como requisito parcial, para obtenção do título de Especialista pela Universidade Federal do Ceará.

Orientadora: Profa. Gláucia Maria de Menezes Ferreira. L. D.

FORTALEZA - CE  
2012

## CURSOS DE TECNOLOGIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: O CASO DO CURSO DE HOTELARIA DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB)

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Docência do Ensino Superior, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

---

Danyelle de Lima Teixeira

Data da aprovação \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Profa. Gláucia Maria de Menezes Ferreira. L. D.

Orientadora

---

Profa. Gláucia Maria de Menezes Ferreira. L. D.

Coordenadora do curso

Dedico este trabalho a Deus.

“É pela graça de Deus que sou o que sou. E a graça que ele reservou para mim não foi estéril; a prova é que tenho trabalhado mais que todos eles, não propriamente eu, mas a graça de Deus comigo (1Cor 15,10).

## AGRADECIMENTOS

A DEUS, que me deu vida e inteligência, e que me dá força para continuar a caminhada em busca dos meus objetivos.

À professora Gláucia pela dedicação na realização deste trabalho, que sem sua importante ajuda não teria sido concretizado.

A minha mãe e as minhas irmãs, que me ensinaram a não temer desafios e a superar os obstáculos com humildade.

Aos amigos Fernandes Souto e Cairo pelo incentivo e apoio durante a realização do trabalho.

E aos demais que, de alguma forma, contribuíram na elaboração desta monografia.

## RESUMO

A educação à distância, modalidade de educação, tem se consolidado pela utilização das tecnologias da informação e comunicação (TCIs) e por políticas públicas voltadas para a expansão da oferta, democratização do acesso e da permanência no ensino superior. O objetivo deste trabalho é compreender o conceito de educação a distância (Ead) com ênfase nos cursos tecnológicos. Neste âmbito, verificou-se a consolidação do sistema universidade aberta (UAB) e sua parceria com os institutos federais de educação (IFETs). Os dados foram coletados por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental o que a caracteriza como uma pesquisa descritiva. Os resultados da investigação demonstram que a EaD vem se tornando um instrumento para a promoção de oportunidades e que o curso Tecnologia em hotelaria ofertado pela AUB/IFCE é uma proposta inovadora conforme pode-se verificar em seu projeto pedagógico. Em absoluto não se pretende esgotar o tema que é por demais amplo.

Palavras-chaves: educação à distância, educação tecnologia, UAB.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	07
<b>1 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB)</b> .....	10
1.1 Educação à Distância .....	11
1.2 Universidade Aberta do Brasil .....	19
1.2.1 A UAB e o Instituto Federal, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).....	22
<b>2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</b> .....	23
2.1 Cursos Superiores Tecnológicos.....	26
<b>4 CURSO DE TECNOLOGIA EM HOTELARIA NA MODALIDADE EAD MINISTRADO PELO IFCE</b> .....	27
4.1 Projeto pedagógico do Curso Tecnológico em Hotelaria .....	29
4.2 Ambientes virtuais de aprendizagem.....	31
<b>5 CONCLUSÕES</b> .....	33
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	34
<b>ANEXOS</b> .....	37
Anexo A – Grade Curricular curso tecnologia em hotelaria na modalidade EaD.....	38

## INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade a conjuntura econômica e política, aliada à constante evolução das tecnologias de informação e comunicação (TICs) geram desafios e expectativas no âmbito da educação. Uma dessas expectativas é o aproveitamento desses elementos. Em uma das suas vertentes, as referidas TICs estão voltadas e incorporadas à modalidade de educação a distância. Nota-se que houve um redimensionamento do processo educacional para a implementação da educação a distância (EaD). Com efeito, esse cenário impulsiona reflexões de forma abrangente das ações que levaram ao seu desenvolvimento.

O primeiro aspecto, ao se tratar de educação a distância no nível superior do país, verificado é a política que o fomenta. Nessa perspectiva, observa-se políticas governamentais recentes voltadas para a expansão da oferta, democratização do acesso e da permanência no ensino superior. Nesse sentido, incluem em seus programas ações direcionadas para a oferta de cursos na modalidade a distância que permitem a interiorização e democratização da oferta de educação no país. Na tentativa de diminuir os déficits educativos e as desigualdades regionais tão elevados.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, entre outros objetivos, estabelece a expansão da oferta de educação superior, a diminuição das desigualdades por região nessa oferta e a diversificação de um sistema superior de ensino para atender clientelas com demandas específicas de formação.

Nos certames do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) a educação superior é de um dos seus eixos norteadores para políticas. Entre elas pode-se elencar a Universidade Aberta, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e os Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFET). No âmbito geral, pode-se

ressaltar o REUNI pela viabilização de políticas de expansão das universidades públicas federais com ênfase na ampliação das matrículas.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) são os modelos de reorganização propostos dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica, visando, agora, uma atuação integrada e referenciada regionalmente. Dados do MEC indicam que de 2003 a 2010 foram autorizadas 214 novas unidades de IFET, dados que corresponde a um aumento de 150%.

Com esse novo cenário, em 2005 o Ministério da Educação (MEC) implantou a Universidade Aberta do Brasil (UAB), projeto criado com o objetivo de articular e incorporar experimentalmente um sistema nacional de ensino superior, articulado para levar ensino superior público de qualidade aos municípios brasileiros. A UAB teve adesão voluntária de 55 universidades federais, dentre elas a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) articulados e integrados com a rede de polos de apoio presencial para a EaD, sendo de responsabilidade de municípios e estados a criação e manutenção destes.

Ainda de acordo com o PDE a educação superior baliza-se pelos seguintes princípios complementares entre si: Expansão da oferta de vagas; garantia de qualidade; promoção de inclusão social pela educação; ordenamento territorial e o desenvolvimento econômico e social.

No que diz respeito ao avanço das tecnologias de comunicação e informação, que se refere a um segundo aspecto, verifica-se no texto da Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação, que o artigo 12º, preconiza que as Instituições de educação superior devem liderar o aproveitar as vantagens do potencial das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) indicando na alínea b:

Criar novos ambientes de aprendizagem, que vão desde os serviços de educação a distância até as instituições e sistemas de educação superior totalmente virtuais, capazes de reduzir distâncias e de desenvolver sistemas de maior qualidade em educação, contribuindo assim tanto para o progresso social, econômico e a democratização como para outras prioridades relevantes para a sociedade; assegurando, contudo, que o funcionamento destes complexos educativos virtuais, criados a partir de redes regionais, continentais ou globais, ocorra em um contexto de respeito às identidades culturais e sociais( UNESCO, 1998, p. 29)

Não obstante, as universidades têm aderido à modalidade a distância preconizando um atendimento em massa por sua flexibilidade e economia em escala, tendo sido chamada para dar uma resposta aos desafios políticos sociais, econômicos, pedagógicos e tecnológicos, postos à sociedade com a implantação do programa neoliberal, a globalização da economia e a introdução das novas tecnologias no sistema produtivo e de comunicação.

O Censo da Educação Superior de 2010 confirma a tendência de crescimento dos cursos na modalidade de ensino a distância, que atingem 14,6% do total do número de matrículas. Os cursos presenciais atingem os totais de 3.958.544 matrículas de bacharelado, 928.748 de licenciatura e 545.844 matrículas de grau tecnológico. A educação a distância, por sua vez, soma 426.241 matrículas de licenciatura, 268.173 de bacharelado e 235.765 matrículas em cursos tecnológicos.

Assim o objetivo deste trabalho é compreender o conceito de educação a distância com ênfase nos cursos tecnológicos. Neste sentido, no primeiro capítulo é abordado o conceito de educação a distancia e traz um breve histórico da Universidade aberta do Brasil. No capítulo dois abordou-se a Educação Profissional Tecnológica superior, apontado o que preconiza a legislação vigente no país. No terceiro capítulo apresenta se o modelo pedagógico do Curso de Tecnologia em hotelaria na modalidade a distância ofertado pela UAB em parceria com o IFCE.

A investigação foi realizada através de pesquisa bibliográfica e documental, por meio de documentos oficiais disponibilizados no site da UAB/MEC e a análise documental do projeto pedagógico do curso de tecnologia em hotelaria ofertado pela UAB/IFCE.

## **1. EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB)**

As correspondências são as principais iniciativas de ensino a distância. De acordo com Nunes (2009) estima-se que a primeira notícia da introdução desse novo método de ensinar a distância foi à oferta de aulas por correspondência ministradas por Caleb Philips publicada em 20 de março de 1728 na Gazette de Boston, Estados Unidos. As lições eram enviadas toda semana para a casa dos inscitos.

No entanto, com advento da rede mundial de computadores, a internet passou a ser uma ferramenta fundamental nas escolas e universidades. As modificações culturais e paradigmáticas, com a introdução da internet na educação, abriram varias possibilidades de renovação no trabalho pedagógico. Um dos usos mais difundidos é a oferta de cursos *on line*, onde se observa uma alteração na forma dos modelos pedagógicos convencionais. Ensinar e aprender exige hoje, muito mais facilidade espaço-tempo-real, pessoal e de grupo, menos conteúdo fixos e processos mais abertos de pesquisa e de comunicação. A EaD não trata-se de um campo novo, hoje ela é diferenciada pelos recursos disponíveis, diferentemente de outrora. Uma das dificuldades atuais é conciliar a extensão da informação, a variedade das fontes de acesso, com o aprofundamento da sua compreensão, em espaço menos rígido, menos engessado. (MORAN, 2001). Ou seja, a EaD apresenta características específicas, uma vez que, o ato pedagógico não é mais centrado no professor.

### 1.1. Educação à distância

Postula a necessidade do rompimento de barreiras entre o ensino presencial e o a distância por meio dos recursos tecnológicos, contudo, sem descartar o ensino presencial, definir educação a distância é uma tarefa complexa, na medida em que, não existe uma singularidade. O parâmetro comum a todas elas é à distância, entendida em termos de espaço.

Neste contexto, os alunos mudaram, entendendo que as mudanças sociais, e o cotidiano trazem novas vivências e realidades, recebendo, hoje, informações de forma mais fácil. As redes sociais, os meios de comunicação alargam o repertório das comunicações, colaborando para a formação social, pessoal e coletiva daqueles que fazem parte do processo, juntamente com as instituições de ensino formal.

Constitui função do professor tornar a sala de aula um espaço de múltiplas reflexões, preparando os alunos para as demandas multifacetadas e ecléticas da era da comunicação, que exige o desenvolvimento de competências como a capacidade de autogerenciamento da aprendizagem, habilidade em comunicação, relacionamento, e pesquisa.

A educação deve acompanhar o desenvolvimento das tecnologias já que os indivíduos que frequentam os espaços educacionais consistem-nos mesmos que se relacionam, interagem e aprendem com as redes sociais disponibilizadas pela internet.

A educação a distância surge com a proposta de transpor fronteiras, oferecer oportunidade de formação acadêmica a todos, independente da localização geográfica.

O conceito de Educação a Distância no Brasil é definido oficialmente no Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005:

Art. 1o Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Essa definição da Educação a Distância complementa-se com o primeiro parágrafo do mesmo artigo, onde é ressaltado que esta deve ter obrigatoriamente momentos presenciais, como se segue:

I – avaliações de estudantes;

II – estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;

III – defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente e

IV – atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

Cirigliano (1983, apud LANDIM, 1997, p.28) diz que a “educação a distância é um ponto intermediário de uma linha contínua em cujos extremos se situam de um lado, a relação presencial professor-aluno, e, de outro, a educação autodidata, aberta, em que o aluno não precisa da ajuda do professor”.

Define-se Educação a distância também como uma “relação professor-aluno ou ensino-aprendizagem mediada pedagogicamente e mediatizada por diversos materiais instrucionais e pela orientação tutorial. Isto é válido tanto para ambientes pedagógicos tradicionais, como para aqueles que usam as novas tecnologias” (RIANO,1997, p.20)

De acordo com Petri (1996; p. 27):

A EaD é, pois, uma alternativa pedagógica de grande alcance e que deve utilizar e incorporar as novas tecnologias como meio para alcançar os objetivos das práticas educativas implementar, tendo sempre em vista as concepções de homem e sociedade assumidas e considerando as necessidades das populações a que se pretende servir [...]. Deve ser compreendida como uma prática educativa situada e mediatizada, uma modalidade de se fazer educação, de se democratizar o conhecimento. É, portanto, uma alternativa pedagógica que se coloca hoje ao educador que tem uma prática fundamentada em uma racionalidade ética, solidária e compromissada com as mudanças sociais.

A Educação a distância rompe com o conceito de presencialidade no processo de ensino-aprendizagem. O ato pedagógico, em EaD, não mais se encontra centrado na figura do professor, e nem adota como pressuposto a aprendizagem baseada na presença *in loco* do professor e do aluno.

A busca de “uma aprendizagem autônoma, independente, em que o usuário se converte em sujeito de sua própria aprendizagem e centro de todo o sistema” (RIANO, 1997, p.21), se torna fundamento de ensino-aprendizagem em EaD, contribuindo assim para a formação de cidadãos ativos e críticos, que procuram solução e protagonistas de todo o processo. Ou seja, existe a formação de cidadãos mais engajados socialmente, conscientes do seu papel, com autonomia intelectual e que se posicionam de forma mais crítica diante das situações, como resultado dos próprios mecanismos pedagógicos da EaD.

Alguns princípios norteiam as ações em EaD, dentre os quais podem ser citados:

- Flexibilidade, permitindo mudanças durante o processo, não só para os professores, mas também para os alunos;
  - Contextualização, satisfazendo com rapidez demandas e necessidades educativas ditadas por situações socioeconômicas específicas de regiões ou localidades;
  - Diversificação, gerando atividades e materiais que permitam diversas formas de aprendizagem;
- Abertura, permitindo que o aluno administre seu tempo e espaço de forma autônoma. (LEITE, 1998, p.38)

O Professor assume o papel de orientador, treinador, colaborador, mediador da aprendizagem, e o aluno passa a ser visto como protagonista na construção de conhecimento, considerado como parceiro e, não mais, um agente passivo do processo. A internet causou uma grande revolução nas últimas duas décadas, com a inserção de novas tecnologias digitais em EaD.

No contexto atual, considera-se o professor ideal aquele constantemente atualizado com o conteúdo da sua disciplina, é inventivo e inovador, que estimula a autonomia, a criatividade, a criticidade e o raciocínio e, ao mesmo tempo, sensível às expectativas dos alunos.

O professor que atua em EaD e o professor que atua de forma presencial possuem abordagens pedagógicas diferentes, assim como dinâmicas que influenciam no processo ensino-aprendizagem, e aspectos que devem ser levados em consideração, como o grau de presencialidade, os mecanismos utilizados para motivação dos alunos, a rigidez do tempo disponível a cada aula e a forma de interação. Levando em consideração o aspecto pedagógico, o professor, segundo Cool; Monereo et al (2010 p. 56 -57), deve:

- Elaborar propostas educacionais virtuais que promovam a construção significativa e com sentido do conhecimento por parte do aluno, individualmente e em grupo, para:
  - garantir o acesso e a continuidade do envolvimento do aluno no processo de aprendizagem;
  - oferecer apoio ao aluno para que tenha acesso, use e compreenda textos típicos de propostas educacionais virtuais como, por exemplo, os hipertextos;
  - facilitar a exploração, por parte do aluno, das suas representações iniciais sobre o conteúdo de aprendizagem;
  - facilitar para o aluno a antecipação do processo e o planejamento das atividades individual e de grupo (proporcionar um calendário com os diferentes tipos de sessões e de tarefas, com as datas de avaliação ou de entrega dos trabalhos do curso; proporcionar um documento que indique ao aluno o que fazer e o que não fazer nas aulas virtuais, descrever normas, etc.).

- Elaborar propostas instrucionais que incluam conteúdos e atividades de diversos tipos, para responder às exigências de flexibilidade da aprendizagem.
- Elaborar propostas de conteúdos cuja organização e sequenciamento respondam aos critérios de significância e de atribuição de sentido ao aprendizado.
- Projetar atividades e tarefas de aprendizagem eficaz.
- Projetar tarefas de avaliação de acordo com a aprendizagem eficaz, que sejam úteis para avaliar o nível de aprendizado prévio ao curso.
- Projetar tarefas de avaliação visando a que o aluno progrida no controle e na autogestão do aprendizado.
- Projetar as condições para facilitar a presença social dos envolvidos no processo instrucional: saber tornar-se visível para os outros no marco da interação; tomar consciência e desenvolver o conhecimento dos outros na interação e apreciar a relação interpessoal que se estabelece.
- Criar oportunidades de orientação e acompanhamento do aluno para que ele se aproprie do conteúdo e para que reflita sobre o processo de aprendizagem, aumentando o controle e a autogestão deste.
- Criar oportunidades de consulta ao professor centralizadas nas necessidades de apoio do aluno.

As instituições de ensino devem ser reestruturadas tecnologicamente para atender as demandas operacionais e logísticas do processo. A formalização dessas competências devem estar associadas à construção de uma nova cultura dissociada da formação presencial e formal, com desenvolvimento de técnicas modernas, apoiadas pelas novas tecnologias de informação, professores atualizados tecnologicamente. Contudo, considera-se importante ser esse professor constantemente motivado e preparado para acompanhar essas mudanças que repercutem diretamente em sua prática pedagógica. Educação a distância é uma relação de diálogo, estrutura e autonomia que requer meios técnicos para mediatizar esta comunicação. Educação a distância é um subconjunto de todos os programas educacionais caracterizado por: grande estrutura, baixo diálogo e grande distância transacional. Ela inclui também a aprendizagem (MOORE *apud* BELLONI 2009)

Foi com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB) de 1996, a EAD no Brasil que iniciou um processo de crescimento acelerado, onde se observou o seu processo de normatização expresso no

artigo 80. Os principais dispositivos são: “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a vinculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. Esse reconhecimento representa um avanço da educação a distância na época e o Governo passa a viabilizar atividades que envolvam a educação a distância, capacitando profissionais que desenvolvem material instrucional, estimulando essa modalidade de ensino.

Em 2005 o Decreto nº 5.622 revoga os decretos anteriores e regulamenta o artigo 80 da LDB. Constituem os principais pontos do referido decreto:

- Caracteriza a educação a distância como modalidade educacional, organizada segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares;
- Prevê a obrigatoriedade de momentos presenciais e os níveis e modalidades educacionais em que poderá ser ofertada;
- Estabelece regras de avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas e certificados, estabelecendo que esses terão validade nacional;
- Confere ao Ministério da Educação a competência de organizar a cooperação e integração entre os sistemas de ensino, objetivando a padronização de normas e procedimentos em credenciamentos, autorizações e reconhecimento de cursos e instituições de ensino a distância;
- Apresenta instruções para oferta de cursos e programas na modalidade a distância na educação básica, ensino superior e pós-graduação.

(<http://uab.capes.gov.br>).

A educação a distância no Brasil remete-se ao início do século XX, com a utilização de material impresso, muito parecido com o que vinha acontecendo em outros países da Europa e nos Estados Unidos.

Segundo Gonzales (2005, p. 35), alguns projetos tiveram grande relevância no crescimento da educação a distância no Brasil, entre eles:

- Em 1904, escolas privadas internacionais começaram a oferecer cursos pagos por correspondência;

- Em 1934, Edgard Roquete-Pinto instalou a Rádio-Escola Municipal do Rio. Os alunos contavam com acesso prévio a folhetos e esquemas de aula. Utilizava-se também a correspondência para estabelecer contato com os alunos;
- Em 1939, criado o instituto Universal Brasileiro, em São Paulo;
- Em 1941, criada a primeira Universidade do Ar, que durou dois anos;
- Em 1947, criada a Nova Universidade do Ar, patrocinada pelo Senac, Sesc e emissoras associadas;
- Em 1961/ 65, criado o Movimento de Educação de Base (MEB), pela igreja católica e o governo federal, que passou a utilizar um sistema radiodecutivo: educação, conscientização, politização e educação sindicalista;
- Em 1970, iniciado o Projeto Minerva, um convênio entre a Fundação Padre Landell de Moura e a Fundação Padre Anchieta para produção de textos e programas;
- Em 1972, o governo federal enviou à Inglaterra um grupo de educadores, com o conselheiro Newton Sucupira à frente. O relatório final marcou uma posição reacionária às mudanças no sistema educacional brasileiro, colocando um grande obstáculo à implantação da universidade aberta e a distância no Brasil;
- Na década de 1970, a Fundação Roberto Marinho instituiu um programa de educação supletiva a distância para 1º e 2º grau;
- Em 1992, foi criada a Universidade Aberta de Brasília (Lei 403/92), com possibilidade de atingir três campos distintos:
  - Ampliação do conhecimento cultural: organização de cursos específicos de acesso geral;
  - Educação continuada: reciclagem profissional para as diversas categorias de trabalhadores e para os indivíduos de nível superior;
  - Ensino Superior: englobando tanto a graduação como a pós-graduação.

- A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), utilizando a metodologia de Educação a Distância Mediada por Computador (EDMC), implantou em 1996 um programa de pós-graduação em Engenharia de Produção (mestrado e doutorado) envolvendo uma rede estadual de oito universidades oficiais e provadas, além de diversas empresas de significativo poder tecnológico;
- Inicia-se em 28 de julho de 1997 o Mestrado Tecnológico em Logística para Petrobás, com dois anos de duração, 22 alunos (no Rio, em Macaé, Salvador, Belém e Natal), ministrado através do Laboratório de Ensino a Distância, do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFSC, utilizando videoconferência, internet e mídias tradicionais;
- Faculdade Carioca: programa de graduação que é implantado com base no Lótus Notes e envolve cerca de 1000 alunos em inúmeras disciplinas das áreas de Informática, Administração, Economia, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Desenho Industrial, Matemática e Letras;
- Escola do Futuro da Universidade de São Paulo (USP): programa mantido pela Escola de Comunicação e Artes da USP que oferece gratuitamente uma série de cursos via BBS, como Astronomia, Tratamento de Imagens e Atualização de Professores do Ensino Fundamental e Médio;
- Universidade Federal Paulista: o Centro de Informática da Saúde, disponibiliza na Internet, além de outros serviços, programas de Educação em Biologia Molecular e Engenharia Genética;
- Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas): mantém uma opção de EDMC nas disciplinas

oferecidas por seu Mestrado em Informática, voltado para área gerencial de sistemas de informações.

## 1.2. Universidade Aberta do Brasil (UAB)

A criação de um sistema de Universidade aberta, no Brasil, originou-se do sucesso da criação da *Open University* (Universidade Aberta) na Inglaterra no começo dos anos 70. Alves (2009, p. 12) apresenta as particularidades desse sistema:

“O termo “aberta” se aplica à nova universidade em vários sentidos. Primeiramente no sentido social, pois se dirige a todas as classes sociais, permitindo que as pessoas possam completar seus estudos sem sair de suas próprias casa sem exigência de freqüência às aulas, a não ser uma ou duas semanas por ano. Em segundo lugar, do ponto de vista pedagógico, Na medida em que a matrícula na universidade está aberta a todo indivíduo, maior de 21 anos, independente da apresentação de certificado de instrução anterior e de qualquer exame de admissão. Finalmente, ela se chama “aberta” no sentido de que seus cursos, pelo rádio e pela televisão, estão abertos ao interesse e à apreciação de público em geral.( ALVES, 2009, p.12)

Na época alguns parlamentares apresentaram projetos de leis para a inauguração de uma instituição de ensino superior nos mesmos moldes. Depois de anos sem obter sucesso em 2005, um novo Sistema, com princípios norteadores diferente da proposta pela *Open University*, chamado de Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação ( MEC), em parceria com a ANDIFES e Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior. Configurada como uma política pública de articulação entre a Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC e a Diretoria de Educação a Distância - DED/CAPES com vistas à expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE.

O decreto número 5.800, de 8 de junho de 2006 regulamenta a UAB, segue abaixo alguns tópicos relevante para uma melhor compreensão:

- Institui o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, seus objetivos e finalidades sócio-educacionais;
- Caracteriza o pólo de apoio presencial como unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados;
- Regulamenta que os pólos de apoio presencial deverão dispor de infraestrutura e recursos humanos adequados às fases presenciais dos cursos e programas;
- Determina que os convênios e acordos de cooperação com instituições públicas de ensino superior e entes federativos serão firmados pelo MEC;
- Estabelece que a articulação entre os cursos e programas e os pólos será realizada mediante edital publicado pelo MEC e
- Define que o MEC coordenará a implantação, o acompanhamento, a supervisão e a avaliação dos cursos do Sistema UAB.

O parágrafo único do artigo primeiro, da mesma Lei citada anteriormente, elenca os objetivos do Sistema UAB, conforme se pode verificar abaixo:

Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB:

I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

IV - ampliar o acesso à educação superior pública;

V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;

VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e

VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Nesse sentido, o sistema UAB não configura se como uma nova instituição de ensino superior. Para sua concretização articula se com os governos estaduais, municipais e instituições públicas de ensino superior. É

responsabilidade dos Estados e municípios a implementação e sustentação dos polos, onde é desenvolvida as atividades presenciais. É facultado a cada polo associar-se a uma ou mais instituições públicas de ensino, as quais são responsáveis pela execução das atividades acadêmicas dos cursos superiores nos pólos e pela expedição dos diplomas aos concluintes dos cursos.

O MEC programou o Sistema UAB, com o objetivo de democratizar, expandir e interiorizar a oferta de ensino superior público e gratuito no país.

A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal.

A criação da UAB fundamenta-se na expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso; no aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios; avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo MEC; no estímulo à investigação em educação superior a distância no país e no financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância.

Com a criação da Universidade Aberta do Brasil muitas instituições públicas forma incentivadas a participarem de programas de formação inicial e continuada para professores de educação básica que eram ofertados na modalidade a distância. Hoje podemos encontrar na Universidade Aberta do Brasil cursos de graduação, sequencial, pós graduação *latu sensu* e *stricto sensu*.

### **1.2.1 A UAB é o Instituto Federal, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)**

O funcionamento dos cursos ofertados pela UAB, foram implementados, conforme mostrado anteriormente, por instituições públicas de ensino superior (IPES), em polos de apoio presencial localizados nos municípios. No âmbito do IFCE as atividades a distância são coordenadas pela Diretoria de Educação à distância (DEaD) que funciona vinculada à Pró Reitoria de Ensino.

O IFCE é uma autarquia federal, vinculada ao MEC, que goza na forma da Lei, de autonomia pedagógica, administrativa e financeira. Foi criado, de acordo com a Lei 11.892/2008, por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, suas UNEDs e das Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu. A história do IFCE é marcada pelo processo contínuo de evolução, acompanhando o desenvolvimento local, regional e nacional.

A proposta da UAB/IFCE, no que tange a oferta de cursos de graduação na modalidade de educação à distância incorporou o uso das novas tecnologias e o crescente grau de interatividade que permite alterar as relações de tempo de espaço. Em 2005 o sistema UAB proporcionou ao IFCE a implantação dos seguintes cursos superiores: Licenciatura em Matemática e Tecnologia em Hospedagem (Hotelaria). No primeiro edital (01/2005), cinco municípios e seis pólos de apoio presencial receberam os cursos citados, são eles: Caucaia, Quixeramobim, Limoeiro do Norte, Ubajara e Meruoca, Aracati, Barbalha e São Gonçalo do Amarante. No segundo edital, os mesmos cursos estão sendo ofertadas para os pólos dos municípios de Campos Sales, Itapipoca, Orós, Tauá e Jaguaribe. No total, o ano de 2008 fechou com 1005 vagas distribuídas entre 13 municípios e 14 pólos.

No que tange a concepção pedagógica, o IFCE adotou o modelo andragógico de aprendizagem, uma vez que este se refere a uma educação centrada no aprendiz, para pessoas de todas as idades.

O modelo andragógico fundamenta-se em quatro premissas fundamentais para os aprendizes, ligadas à capacidade, necessidade e desejo de eles mesmos

assumirem a responsabilidade pela aprendizagem. De acordo com Deaquino (2009, p.11 -12) são:

- o posicionamento muda da dependência para a independência ou autodirecionamento;
- as pessoas acumulam um reservatório de experiências que pode ser usado como base a qual será construída a aprendizagem;
- sua prontidão para aprender torna-se cada vez mais associada com tarefas de desenvolvimento de papéis sociais e
- suas premissas de tempo e de currículo mudam do adiantamento para o imediatismo da aplicação do que é aprendido e de uma aprendizagem centrada em assuntos para outra, focada no desempenho.

## **2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

A educação tecnológica apresenta-se de forma dinâmica no seu projeto de inserção na globalização. Apresentando se como uma ferramenta eficaz para a formação de profissionais com novos formatos de cursos adotados. A saber, os cursos na modalidade de ensino a distância e os cursos de menor duração voltados à formação profissionalizante de nível superior, chamados tecnológicos. Ao observar a trajetória do número de matrículas na educação superior nos últimos anos, fica evidente o destaque do crescimento desses cursos.

Se, no antigo modelo taylorista e fordista, eram exigidos do trabalhador atributos escolares e culturais de pouca relevância, hoje, este novo padrão tecnológico exige sua requalificação, o aperfeiçoamento profissional e o domínio de novas especificidades. Torna-se imprescindível o contínuo “retreinamento” de todos os profissionais, dando seqüência à instrução básica e ao treinamento ocupacional. Lima (2005, p. 61) reforça está realidade afirmando que “são o “esgotamento” do modelo taylorista/fordista de produção, que têm bases técnicas e sociais assentadas na rigidez dos processos de produção, o que impede maior produtividade e a qualidade do produto.

Essas transformações, nos sistemas produtivos e nas sistêmicas globais, geraram grandes impactos nas questões ligadas à qualificação profissional. Observa-se a introdução das inovações tecnológicas e as novas formas de organização e uso do trabalho na sociedade atual, quando o modo a educação em geral e a educação profissional em particular é afetada por essas transformações. (LIMA, 2005)

Evidenciando a educação tecnológica, a legislação competente é explícita ao determinar a integração entre a educação profissional tecnológica e o setor produtivo. Cabe, pois, a essa modalidade de educação formar profissionais para atuar em diferentes setores da economia e da produção contribuir com a modernização do país, conseqüentemente, com seu desenvolvimento.

O documento do Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP/MEC (2004, p. 47) apresenta a seguinte definição:

(...) exige flexibilidade e autonomia e que esteja vinculada ao projeto de desenvolvimento econômico e social assumido pelo governo, com vistas a atender à diversidade de situações da população brasileira e a contribuir para a redução das desigualdades sociais; incorporadas a discussão da subjetividade e do trabalho, a fim de que valorizem os saberes construídos pelos trabalhadores e eles sejam considerados criativos do trabalho.

Educação tecnológica de acordo com o conceito oficial do MEC:

A educação tecnológica é a vertente voltada para a formação de profissionais em todos os níveis de ensino e para todos os setores da economia, aptos ao ingresso imediato no mercado de trabalho (...). A educação tecnológica assume um papel que ultrapassa as fronteiras legais das normas e procedimentos a que está sujeita, como vertente do sistema educativo indo até outros campos legais que cobrem setores da produção, da ciência e da tecnologia, da capacitação de mão de obra, das relações de trabalho e outros, exigidos pelos avanços tecnológicos, sociais e econômicos que têm a ver com o desenvolvimento. (BRASIL/MEC/SEMTEC/1994)

Pereira (1996) *apud* Grinspun (1999, p. 58) enfatiza que “educação tecnológica implica a formação de profissionais habilitados a transmitir

conhecimentos tecnológicos, sem perder de vista a finalidade última da tecnologia que é da melhorar a qualidade de vida do homem e da sociedade”. A educação tecnológica apresenta-se sempre na busca da atualização, inovação, compreensão dos papéis e funções que o homem desempenha na sociedade e sua interferência nas relações sociais. Ela não se volta apenas para ensinar um ofício, uma tarefa, mas despertar o valor real da tecnologia, sua utilização e a possibilidade de transformá-la.

A expressão educação tecnológica, conforme estudos realizados, não apresenta consenso acerca de seu significado, pois, dependendo da linha ideológica de quem a defende, do tipo de educação que se pretende implantar, auferem conotação própria. Galliano (1995) *apud* Grinspun (1999, p. 54), indica que se tem, atualmente, “a tecnologia dos processos produtivos, a tecnologia informática, tecnologia de processo de decisão, de comunicação em massa, de transporte, assim como, as tecnologias biológicas, químicas e médicas”. Dessa maneira, a formação de profissionais para lidar com as diversas tecnologias exige uma idéia de educação tecnológica direcionada a cada uma delas, mas não se pode esquecer de que os princípios ético-filosóficos que permeiam devem ser aqueles que preservam a vida.

## 2.1. Cursos Superiores de Tecnologia

A educação profissional e tecnológica (EPT) tem chegado aos mais diversos municípios brasileiros assumindo de fato o valor estratégico para o desenvolvimento do país. Participa efetivamente dos processos de desenvolvimento e modernização do país, em uma inegável construção da cidadania e transformação social. A EPT atende as necessidades regionais, articulando-se diretamente com a reconfiguração do mundo do trabalho, ela tem, obviamente, o compromisso de elevar a escolaridade dos trabalhadores.

A declaração mundial sobre educação superior no artigo primeiro, alínea a, traz as missões e funções da educação superior e estabelece que :

Educar e formar pessoas altamente qualificadas, cidadã e cidadãos responsáveis, capazes de atender às necessidades de todos os aspectos da atividade humana, oferecendo-lhes qualificações relevantes, incluindo capacitações profissionais nas quais sejam combinados conhecimentos teóricos e práticos de alto nível mediante cursos e programas que se adaptem constantemente às necessidades presentes e futuras da sociedade. (UNESCO, 1998, p.16)

Assim, cabe aos cursos superiores de tecnologia trabalhar a integração entre o saber e o fazer, isto é, a unidade voltada para o atendimento ao desenvolvimento científico tecnológico, para as demandas do processo produtivo e para a formação do trabalhador que lhe possibilite entender e transformar a realidade de acordo como suas próprias necessidades.

De acordo com o parecer do CNE/CES Nº 277 de 07/12/2006 estabeleceu se uma nova forma de organização da EPT de graduação. Os cursos foram reunidos em grandes eixos temáticos em substituição à tipologia das áreas profissionais até então utilizados. Verifica-se que foram reorganizados em dez eixos:

- Ambiente, Saúde e Segurança;
- Controle e Processos Industriais;
- Gestão e Negócios;
- Hospitalidade e Lazer;
- Informação e Comunicação;
- Infra-estrutura;
- Produção Alimentícia;
- Produção Cultural e Design;
- Produção Industrial;
- Recursos Naturais. (O parecer do CNE/CES Nº 277/06, p. 419 - 429)

Ainda de acordo com o parecer do CNE/CES Nº 277 de 07/12/2006 observa-se o cuidado em abordar o desenvolvimento político:

A vantagem dessa nova organização em poucos eixos temáticos é a abertura para se implantar políticas de desenvolvimento. Uma estrutura que divide a formação tecnológica em uma multidão de cursos torna mais complexa a implantação de uma política de desenvolvimento industrial. A organização em grandes eixos é o modo mais adequado para estimar o progresso industrial em linhas do governo. (CNE/CES Nº 277/06, p. 417)

### **3. CURSO DE TECNOLOGIA EM HOTELARIA NA MODALIDADE EAD MINISTRADO PELO IFCE.**

O curso tecnológico de hotelaria encontra-se classificado dentro do eixo tecnológico de hospitalidade e lazer que compreende tecnologias relacionadas:

aos processos de recepção, entretenimento e interação. Abrange os processos tecnológicos de planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços inerentes à hospitalidade e ao lazer. As atividades compreendidas nesse eixo referem-se ao lazer, relações sociais, turismo, eventos e gastronomia, integradas ao contexto das relações humanas em diferentes espaços geográficos e dimensões socioculturais, econômicas e ambientais. A pesquisa, disseminação e consolidação da cultura, ética, relações interpessoais, domínio de línguas estrangeiras, prospecção mercadológica, marketing e coordenação de equipes são elementos comuns desse eixo. (CNE/CES N° 277/06, p. 417)

Os cursos elencados no eixo temático Hospitalidade e Lazer são: Eventos, Gastronomia, Gestão de turismo, Gestão desportiva e de lazer e Hotelaria. A escolha do curso em hotelaria para implantação no UAB/IFCE é reflexo da demanda do setor turístico do Estado do Ceará. Conforme dados do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) em 2007, as atividades ligadas ao Turismo proporcionaram uma geração de 1.367 postos de trabalho, representando 13,13% do total de 10.408 postos criados pelos Serviços, na economia cearense. Ao se acrescentar aos Serviços a atividades Comércio, que se encontra separada nos dados da CAGED, o total chega a 21,564 mil postos de trabalho e, a participação da atividade Turística, passa para 6,3%. Já na comparação feita em relação à economia do Estado, como um todo (39,722 mil postos de trabalho), a participação das atividades turísticas correspondeu a 3,4%.

Dados da EMBRATUR apontam que o Ceará foi o sexto estado turístico no *rank* nacional do turismo doméstico, o primeiro no saldo líquido (receptivo

menos emissor) e apresentando o maior percentual de internalização de seu fluxo emissor, com cerca de 75% do fluxo emitido para o mercado doméstico

O regime letivo do curso é em semestre/disciplinas com duração mínima de três anos e máxima de quatro anos e meio, totalizando uma carga horária de 2.240 horas. Os atos legais que viabilizam o curso são: LDB 9394/96 e o Decreto 5.622, de 20/12/2005. Atualmente é ofertado o total de trinta vagas anuais, em cada pólo. O curso está funcionando, no Estado do Ceará, nos municípios de Caucaia, Quixeramobim, Limoeiro do Norte, Aracati, Barabalha e São Gonçalo do Amarante. O processo seletivo é realizado com a publicação em edital e refere-se aos conteúdos do ensino médio, conforme determina o artigo 51 da Lei 9394/96 e é executada pelo IFCE. (Projeto pedagógico do curso, 2010)

### 3.1. Projeto pedagógico do curso tecnologia em hotelaria na modalidade a distância

O projeto pedagógico do curso de tecnologia em hotelaria, na modalidade à distância, ministrado pelo IFCE busca superar o desafio de expressar uma proposta inovadora, de forma competente, redimensionando o fazer pedagógico, que, na contemporaneidade, estabelece preparar cidadãos para uma sociedade de conhecimento e informação, sem esquecer-se da proposta humanista.

A equipe responsável pela execução de todas as atividades que envolvem o processo de ensino-aprendizagem do curso superior de tecnologia em hotelaria na modalidade a distância pode ser verificada no quadro abaixo:

<b>Função</b>	<b>Atribuições gerais</b>
Coordenador do curso	Responsabilidade direta com as questões acadêmicas do curso, deliberar sobre o funcionamento dos pólos e a tutoria
Professores conteudista	Responsáveis pela seleção do conteúdo a ser apresentado no curso; pela divisão do conteúdo em aulas;

	elaboração de atividades e avaliações e suporte aos tutores.
Tutor a distância	Acompanhar os alunos no ambiente virtual e auxiliar os tutores presenciais
Tutores presenciais e monitores	Mediar a relação dos estudantes com a instituição e oferecer apoio pedagógico.
Coordenador do pólo de apoio presencial	Responsável pelo funcionamento adequado do pólo, pelas atividades administrativas e acadêmicas.
Equipe de suporte tecnopedagógico do DEaD	Assume diversas atividades de suporte e apoio ao desenvolvimento do curso tais como apoio pedagógico e tecnológico no que diz respeito a capacitação dos profissionais envolvidos.

Quadro 1: Atribuições e funções profissionais da UAB/IFCE  
 Fonte: Projeto pedagógico, 2010

O curso apresenta como objetivo geral formar profissionais para desenvolverem atividades administrativas, tático-operacionais, nas áreas de hospedagem, sala-bar e comercial dos meios de hospedagem. Desta forma, os tecnólogos em hotelaria, devem atuar em importantes setores nos empreendimentos hoteleiros: hospedagem, alimentos e bebidas (A&B) e o comercial.

O projeto do pedagógico do curso é delimitado em função da definição de princípios que atende a uma abordagem pluralista de educação, relacionando a interdisciplinaridade e a contextualização, implícitas no processo educativo. Observa-se a definição destes princípios a seguir:

**-Formação integral**, que possibilite a compreensão das relações de trabalho, de alternativas sociopolíticas de transformação da sociedade, de questões relacionadas ao meio ambiente e a saúde, na perspectiva de construção e uma sociedade sustentável;

**-Flexibilidade**, a fim de acolher as transformações ocorridas nas diferentes fronteiras das ciências, bem como contribuir com essas transformações;

**-Sócio-histórico do conhecimento**, entendendo o conhecimento como produto da construção histórica do ser humano, que nas suas interações o constrói e reconstrói, conforme suas necessidades;

- Concepção de sociedade com maior justiça social**, o que pressupõe melhor qualidade de vida, por meio de diferentes formas de pensar e atuar sobre a realidade, que se apresenta de modo multifacetado, plural e composto;
- Compreensão da pesquisa como processo educativo**, constituindo-se em elemento articulador entre teoria e prática.
- **articulação entre teoria e prática e a indissociabilidade** entre ensino, pesquisa e extensão.

A matriz curricular (anexo A) apresenta-se sustentada na concepção integrante entre teoria e prática, de acordo com os princípios norteadores da educação tecnológica de graduação, estabelecidos pelo parecer 29/2002 do Conselho Nacional de Educação, que determina as diretrizes curriculares para a educação profissional.

### 3.2. Ambiente virtual de aprendizagem

O ambiente virtual de aprendizagem (AVA) oferece um conjunto de ferramentas computacionais que permitem a criação e o gerenciamento de cursos à distância. São plataformas de aprendizagem colaborativa dispostas na rede *Web*. Em termos conceituais os AVAs consistem em mídias que utilizam o ciberespaço para veicular conteúdos e permitir interação entre os atores.

De acordo com Silva (2006) os AVAs acrescentam interfaces que permitam a produção de conteúdos e canais variados de comunicação; comportando também o gerenciamento de banco de dados e o controle total das informações circuladas no e pelo ambiente.

O AVA adotado no curso de tecnologia em hotelaria da UAB/IFCE é o *Moodle*. A plataforma oferece algumas particularidades importantes: uso de recursos modernos da tecnologia digital, programa em software livre, ênfase para a aprendizagem e simplicidade de uso tanto para os docentes como para os discentes.

A figura a baixo ilustrada a tela inicial do *Moodle* utilizado pela uab/ifce.

Figura 01 – Tela de abertura  
Fonte: [www.dead.ifce.edu.br](http://www.dead.ifce.edu.br)

A avaliação das atividades realizadas no AVA é realizada pelo instrumento denominado *Learning Vectors* (LVs). De acordo com Sales, Barroso e Soares (2008), os LVs são representações geométricas vetoriais concebidos para auxiliar o processo de avaliação em AVA Como instrumento de avaliação online. Os LVs reúnem aspectos qualitativos e quantitativos no acompanhamento de desempenho do aluno/usuário. Eles fornecem *feedbacks* constantes das ações do aprendiz no AVA, além de reduzir a sobrecarga gerada para o professor-tutor em cursos à distância.

De acordo com Gonçalves (1996) a avaliação, não importa a missão que se lhe escolha cumprir, parece ter o dom de despertar nas pessoas suas defesas mais escondidas. É, na educação, um processo revestido de rituais complexos, que resulta por torná-la um mito. No caso da avaliação da aprendizagem, tal mitificação ao invés de possibilitar às pessoas maior consciência de como está se desenvolvendo internamente o processo de construção do conhecimento, termina por confundi-las, tornando-as

condicionadas de algum veredicto externo que determine se estão aprendendo ou não.

Nesta perspectiva, o instrumento LV pode ajudar a romper com estes paradigmas, na medida em que, permitir que seja construído um ambiente dialógico e motivador. Na figura abaixo, pode-se observar o LV, ícone utilizados para avaliar as atividades propostas e a categorização dos *feedback*.

LV Ícone	CATEGORIZAÇÃO DAS MENSAGENS/ARQUIVOS ANEXADOS
	<b>Muito Bom</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reflexões aprofundadas; Interações/Postagens por meio de "Mensagens/Arquivos anexados" que podem apresentar, além de respostas e comentários, significativos questionamentos, ou mesmo, sínteses de idéias que surgem na discussão/aprendizagem do tema proposto, gerando mais interações.</li> </ul>
	<b>Bom</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Boas reflexões; Interações/Postagens por meio de "Mensagens/Arquivos anexados" que apresentam respostas e comentários significativos para discussão/aprendizagem do tema proposto.</li> </ul>
	<b>Regular</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Razoáveis reflexões; Interações/Postagens por meio de "Mensagens/Arquivos anexados" ainda limitados e de forma superficial acerca do tema proposto para a discussão/aprendizagem.</li> </ul>
	<b>Fraco</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reflexões vazias de conteúdo; Interações/Postagens por meio de "Mensagens/Arquivos anexados" que pouco agregam valor à discussão/aprendizagem do tema proposto.</li> </ul>
	<b>Não Satisfatório</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Aprendiz que assume posição passiva; Interações/Postagens por meio de "Mensagens/Arquivos anexados" que em nada contribuem para a discussão/aprendizagem do tema proposto limitando-se a enviar mensagens de concordância ou arquivos anexados sem originalidade.</li> </ul>
	<b>Mensagens/Arquivos anexados que não agregam notas</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Mensagens/Arquivos anexados sem relação com o tema proposto.</li> <li>Mensagens de esclarecimentos, saudações, recados, agradecimentos etc.</li> </ul>

Figura 2 – Learning Vectors

Fonte : [www.dead.ifce.edu.br](http://www.dead.ifce.edu.br)

Os LV foram elaborados para permitir uma maior proximidade no acompanhamento dos alunos por meio dos comentários acerca de suas intervenção.

## CONCLUSÕES

A Ead tem sido utilizada nas mais diversas áreas de formação e atualização profissional com o emprego da rede de computadores. Os ambientes virtuais de aprendizagem têm sido utilizados no desenvolvimento desta modalidade, embora ocorram ações presenciais na etapa inicial e na avaliação.

Constatou-se que a Ead desvinculou-se do seu foco inicial que era a formação de professores e tem sido utilizada como ferramenta para a formação profissional. Oferecendo cursos voltados para ao mercado de trabalho ampliando as possibilidades da inserção de trabalhadores por meio da qualificação.

As universidades têm aderido a EaD e conta com o apoio do Ministério da Educação, através de políticas públicas e de forma efetiva por meio da Secretária de Ensino Superior. No âmbito dos IFETs existe uma proposta para incorporar um sistema nacional de ensino superior e a Ead tem viabilizado o ensino superior público de qualidade nos mais diversos municípios brasileiros. Democratizando o acesso a educação superior.

A implantação do curso de tecnologia em hotelaria na modalidade EaD, ofertado pela UAB/IFCE, tem atendido as expectativas do mercado de trabalho apresentando-se como uma oportunidade de incorporar um maior número de pessoas. Em contrapartida verificou-se que as diretrizes pedagógicas da EaD são direcionadas para o estudante adulto. A utilização dos AVA tem fortalecido o desenvolvimento de atividades a distância com a utilização dos seus recursos tecnológicos.

Conclui-se que o grande desafio da educação tecnológica na modalidade a distancia e romper com as concepções de que a EaD não é uma modalidade de estudo com qualidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES. João Roberto Moreira. A História da EaD no Brasil. **IN** LITTO. Fedric Michael e FORMIGA. Manuel Marcos Marciel ( orgs.) **Educação à distância: o Estado da Arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

BELLONI. Maria Luiza. **Educação à Distância**. Campinas/SP: Autores Associados, 2009.

BRASIL. **Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o artigo 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm)>. Acesso em: 25 jan. 2012.

BRASIL. **Decreto 5.800, 08 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2012.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 436/2001**. Trata de Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogos.

BRASIL. MEC/PROEP/SEMTEC. **Proposta de Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília – DF, 2004.

BRASIL/MEC. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília, DF: 2006

BRASIL/MEC. **Censo de Educação Superior**. Brasília; DF: 2010

COOL, César; MONEREO, Carles e colaboradores. **Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação**. Tradução Naila Freitas. Porto Alegre: Artmed, 2010

DEAQUINO, Carlos Tasso Eira. Como aprender: andragogia e as habilidades de aprendizagem. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

GONÇALVES, C. T. F. (1996): “**Quem tem medo do ensino a distância?**”, In Revista Educação a Distância, n.º 7-8, INED/IBASE.

GRINSPUN, Mirian P. S. Zippin (Org). **Educação Tecnológica – Desafios e Perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1999.

LEITE, L. S, VIEIRA, M. L. S. e SAMPAIO, M. N. **Atividades não presenciais: preparando o aluno para a autonomia**. IN Tecnologia educacional. Rio de Janeiro, ABT. Ano XXVIX. Nº 141. Abr/Mai/Jun/1997. P 36-40.

MEC/INEP. **Censo de Educação Superior**. Brasília; DF: 2010

Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE)/**Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**.

MORAN. José Manuel, MASETTO, Marcos T., e BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. Campinas/SP: Editora Papirus,2001

NUNES. Ivônio Barros. A História da EAD no Mundo. **IN** LITTO. Fedric Michael FORMIGA. Manuel Marcos Marciel ( orgs.) **Educação à distância: o Estado da Arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

Portal Ministério da Educação. **Secretaria de Educação a Distância**. Disponível:<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=289&Itemid=822](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=289&Itemid=822)>. Acesso em: 23 jan. 2012.

SALES. Gilvandenys L.; BARROSO. Giovanni. C; SOARES. José M. **Learning Vectors (LVs) um Instrumento Automatizado da Avaliação para Suporte a Aprendizagem em EaD**. **IN:** Revista: Novas Tecnologias na Educação. V. 6 Nº 1, julho, 2008.

SOUSA, Antonia de Abreu e OLIVEIRA, Elenilce Gomes de ( Orgs). Educação Profissional: análise contextualizada. Fortaleza: CEFET –CE, 2005. LIMA, F. das Chagas Silva. O novo paradigma técnico – produtivo e a qualificação profissional.

UNESCO. **Declaração sobre Educação Superior; Declaração Mundial sobre Educação no século XXI: visão e ação; Marco referencial de ação prioritária para a mudança e o desenvolvimento da educação superior**. Tradução: Amós Nascimento. Piracicaba: Editora Unimep, 1998.

[www.setur.ce.gov.br](http://www.setur.ce.gov.br). Acesso em 17 de fevereiro de 2012

[portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task). Acesso em 04 de fevereiro de 2012

<http://dead.ifce.edu.br>. Acesso em 11 de dezembro de 2011

[www.uab.capes.gov.br](http://www.uab.capes.gov.br). Acesso em 02 de dezembro de 2011

**Anexos**

Anexo A – Grade Curricular curso tecnologia em hotelaria na modalidade EaD.